Índice

1. Introdução	1
1.1. Objectivos.....	1
1.1.1. Objectivo Geral.....	1
1.1.2. Objectivos.....	1
2. Metodologia	2
3. Revisão Bibliográfica.....	3
3.1. Parcerias Público-Privadas.....	3
4. Casos práticos	3
4.1. Parceria público-privada envolvendo a empresa açucareira de Maragra.	3
4.2. Parceria público-privada envolvendo a cantora moçambicana Marlene.....	4
4.3. Parceria público-privada envolvendo a empresa TPF Planeje	5
5. Conclusões	6
6. Referências bibliográficas.....	7

1. Introdução

Uma vez a academia ser formada não apenas por aspectos teóricos tidos na sala de aulas, mas sim também por alguns aspectos teóricos e práticos que só se podem ter através de uma investigação, o presente trabalho visa trazer exemplos que provam a existência de parcerias público-privadas em Moçambique.

Os exemplos são casos práticos de Moçambique, onde são envolvidos alguns privados na satisfação das necessidades públicas em conexão com o Governo, o qual é denominado pai do povo, a quem recai a responsabilidade de satisfação do povo.

Diz-se que as parcerias público-privadas possuem alguns elementos que os caracterizam, sendo eles o Governo, os privados, os beneficiários e os financiadores.

Sendo assim, os exemplos estão apresentados de forma clara, objectiva e concisa, de forma que o leitor tenha uma rápida percepção dos mesmos.

1.1. Objectivos

1.1.1. Objectivo Geral

- ✓ Apresentar exemplos sobre as parcerias público-privadas do âmbito comercial num caso concreto de Moçambique

1.1.2. Objectivos

- ✓ Identificar acções feitas pelo Governo moçambicano envolvendo os privados;
- ✓ Analisar as acções identificadas se são do âmbito negocial ou não.

2. Metodologia

Apoiando-se a definição do autor Gil (2006), segundo a qual, metodologia é um método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicas adoptadas para atingir o conhecimento. Torna relevante dizer-se que para a elaboração do presente trabalho recorreu-se á algumas pesquisas virtuais e ainda documentais.

O trabalho é meramente descritivo e explicativo visto que visa apresentar os casos práticos das parcerias público-privadas em Moçambique e ainda explicar com detalhes a constatação de que são de facto contratos num regime de parcerias público-privadas.

3. Revisão Bibliográfica

3.1. Parcerias Público-Privadas

São assim designados, os empreendimentos que, ao abrigo de um acordo entre a Administração Pública e entidades privadas, estas se obrigam perante o parceiro público a, de forma eficiente, implementar e gerir esses empreendimentos, serviços e actividades de interesse público em geral, suportando, no todo ou em parte, o seu financiamento e o risco envolvido.

É importante referir que para que assim se considerar um empreendimento existem alguns elementos cruciais a se ter em conta a saber: Governo, Privados e a População, mas também os investidores em alguns casos.

4. Casos práticos

4.1. Parceria público-privada envolvendo a empresa açucareira de Maragra.

Houve uma parceria entre o Governo e a Açucareira da Maragra, esta que visava a construção da estrada a partir do cruzamento da Maragra até às instalações da própria empresa.

É da responsabilidade do Governo a melhoria das vias de acesso em todos pontos do país, mas a empresa em causa se candidatou em responsabilizar-se pela construção daquela via de acesso. A estrada que liga cruzamento da Maragra e o bairro da Maragra (instalações da empresa), foi construída pela empresa supra referida.

Esta parceria entre as duas partes, resultou ou resulta ainda benefícios a população da Maragra, Calanga e dos demais bairros nas bandas do bairro da Maragra e qualquer cidadão que queira usufruir daquela via.

É necessário lembrar que antes da construção daquela estrada, a via de acesso estava numa situação caótica visto que era de terra abatida, sendo que o acesso àquela via era condicional visto que chuva constituía uma barreira ao acesso a via até o bairro da Maragra ou o sentido oposto. Além dos residentes daquela parcela, existem também cidadãos que vivem na no bairro de Calanga, que para poderem chegar a Manhiça (sede) tinham que atravessar o rio pelos barcos de madeira, tornando-lhes assim complicada a transitabilidade.

Após ter sido construída a estrada, os cidadãos de Calanga já não obrigados a usar barcos como meios de transporte para poderem chegar à sede do seu distrito, sendo que podem já usar a estrada em referência, bastando para isso pedir autorização à própria empresa, porque existe naquele lugar uma pequena portagem.

Pela construção daquela estrada, a empresa ganha algum benefício, visto que os veículos automóveis da mesma empresa usam a mesma estrada, com maior transitabilidade, não empatando assim a sua função lucro, visto que a estrada está em boas condições e que permite aos mesmos a transitarem com tanta facilidade, não prejudicando assim a parte operacional dos veículos da empresa.

4.2. Parceria público-privada envolvendo a cantora moçambicana Marlene

Marlene é uma cantora moçambicana na área de marrabenta. Ela se envolveu numa parceria com o Governo no sentido de ajudar as vítimas das cheias que ocorreram no passado Janeiro.

A cantora acima referida promoveu assim uma campanha de angariação de fundos monetários e ainda bens materiais para posterior se canalizar os mesmos aos afectados pelas inundações. Mais ainda ela produziu duas músicas em homenagem às vítimas das cheias, com a qual sensibilizava aos cidadãos moçambicanos e aos demais cidadãos de forma que agissem no sentido de ajudarem aos afectados por aquelas calamidades. Ela promoveu ainda espectáculos, com vista adquirir mais fundos que a posterior canalizou uma parte da receita proveniente destes (espectáculos) na conta solidária.

Por aquele movimento, ela conseguiu conquistar a muitos cidadãos de forma a serem espectadores dos seus espectáculos, onde conseguia ganhar receita para o seu auto-sustento e uma parte para a ajuda aos cidadãos que se encontravam em péssimas condições causadas pelas inundações.

4.3. Parceria público-privada envolvendo a empresa TPF Planeje

A TPF Planeje é uma empresa de engenharia portuguesa, que assegura um fornecimento totalmente integrado de serviços de engenharia, desde o projecto, à integração de serviços e gestão em empreendimentos complexos.

A empresa acima citada assinou um contrato em 2012 com a Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento (AIAS) de Moçambique para a realização do estudo de exequibilidade, dos projectos detalhados de engenharia e fiscalização da reabilitação do sistema de drenagem da Beira, em Moçambique, sendo este um trabalho que está a ser financiado pelo Banco Mundial e tem uma duração de 62 meses, tendo sido iniciada a operação em 2013.

A TPF Planeje tem como principal objectivo implementar diversas acções para controlar as inundações e os fenómenos erosivos no território, através de um sistema de infra-estruturas que permitirá também contribuir para minimizar, de forma sustentável, os efeitos das mudanças climáticas.

É um projecto que tem como financiador, investidor e beneficiários os seguintes elementos: o Banco Mundial, TPF Planeje, a população local (da Beira) e algumas empresas de empreitada que serão envolvidas na construção, respectivamente.

A população da Beira se beneficiará deste projecto visto que no final do projecto terá um sistema de drenagem em melhores condições e as empresas estão já a se beneficiar do projecto na medida em que adquirem novos conhecimentos relativos à construção e que a posterior irão usar de forma independente.

5. Conclusões

Apoiando-se à ideia de que as Parcerias Público-Privadas é um contrato entre o Governo, como entidade mãe, contratante e responsável de satisfazer as necessidades públicas, e os privados, como entidades contratadas pelo Governo para ajudarem-no a satisfazer as necessidades públicas, caso este não consiga, é de referir que só considera-se parceria público-privada `a uma união destes dois intervenientes, não só, mas também a existência dos financiadores e os beneficiários. Fazendo assim uma relação lógica dos intervenientes, pode-se dizer que a falta de capacidade de um Governo na satisfação das necessidades públicas impulsiona um contrato a um privado capaz de criar mecanismos para a solução dos problemas identificados, de tal forma que este o faça, e este por falta de fundos próprios solicita um financiamento a uma entidade a quem se designa financiador.

É importante realçar que este último (financiador) nem é em todos os casos que aparece, ora o seu envolvimento é situacional. Recorrendo a afirmação anterior, sustenta-se a possibilidade da inexistência de financiadores no caso da Marlene e ainda no caso da Maragra, não pondo em causa a veracidade de que os exemplos apresentados neste trabalho são casos típicos e práticos das parcerias público-privadas, visto que há nos mesmos um envolvimento dos principais elementos que caracterizam um regime de parceria público-privada.

6. Referências bibliográficas

- ✓ A Lei n.º 15/2011, de 10 de Agosto;
- ✓ GLM, *Guia de Investimento Moçambique*, 2012;
- ✓ <http://aguaglobal.aeportugal.pt/Documentos...>;
- ✓ <http://português.doingbusiness.org/reports...>;
- ✓ <http://www.noticiasmocambique.co.mz>Home>Cultura>;